



# IONE DE SOUZA CRUZ

Entrevista realizada por meio de ferramenta de videoconferência,  
no dia 14 de julho de 2020, por Hebert Vilson França.

**Ione de Souza Cruz** nasceu em 8 de novembro de 1960. É filha de Avany de Souza Cruz e Yvonne Soares de Souza Cruz. Tem dois filhos: Ian de Souza Cruz Mesquita e Iev de Souza Cruz Mesquita.

Foi oficial da Marinha, do quadro de Direito, de 1985 a 1992; defensora Pública da União, de 1992 a 1993; e delegada de polícia no Rio de Janeiro, de 1993 a 1997. Ingressou na carreira do Ministério Público Militar no cargo de promotora, por meio do 8º concurso público para promotor de Justiça Militar, em 1997. No MPM, atuou nas Procuradorias do Rio de Janeiro, Brasília e Manaus. Em 2015 foi promovida, por merecimento, a procuradora de Justiça Militar. Representou o MPM no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), entre 2004 e 2010. De julho de 2007 a março de 2013, chefiou o Centro de Apoio à Investigação (CPADSI). No dia 6 de novembro de 2000, foi contemplada com o Diploma de Amigo da Marinha, em reconhecimento aos serviços prestados à arma. Em maio de 2001, recebeu o agradecimento pela inestimável contribuição ao participar do corpo docente e ministrar instrução no curso de Polícia Judiciária Militar. Em 20 de julho de 2004, foi contemplada com o diploma da medalha do mérito Santos-Dumont, pelos serviços prestados à Força Aérea Brasileira. Recebeu, em 19 de abril de 2004, a medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau Cavaleiro. Na mesma data recebeu o histórico da ordem do Mérito Militar. Foi contemplada, em 10 de novembro de 2011, com a medalha Ordem do Mérito Ministério Público Militar, no grau de Alta Distinção. É coautora dos livros Elementos de Direito Penal Militar – parte geral; parte geral 2 e parte especial. Aposentou-se no dia 4 de março de 2016.

*Memória MPM* – Começando pelas origens, a senhora é do Rio de Janeiro, não é?

*Ione de Souza Cruz* – Sou. Nascida no Rio, Engenho Novo. Carioca da gema.

*Memória MPM* – Estudou onde?

*Ione de Souza Cruz* – Estudei em escola pública primeiramente, a escola primária. Depois no Colégio Pedro II, meu colégio maravilhoso do ensino fundamental, era o ginásial à época. Tinha que fazer um “vestibularzinho” para entrar, e eu fui aprovada, toda feliz. Depois eu estudei em um colégio particular, no Méier, Colégio Metropolitano, muito bom também. Fui aprovada no vestibular para a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), onde eu fiz minha graduação em Direito.

*Memória MPM* – Mas o Direito sempre foi sua primeira opção? Já tinha essa vocação?

*Ione de Souza Cruz* – Bom, não tinha nenhum advogado na minha família. Nenhum, nenhum. Meu pai era servidor público, e minha mãe era professora. E vou te falar, eu queria ser veterinária, gosto muito de bichos. Caí na real, meio que “caiu a ficha” que eu não ia ser uma boa veterinária, porque eu não ia gostar de cortar bichinho e todas aquelas coisas mais. Mesmo para cuidar, tem bicho que vai morrer de qualquer jeito. Então eu desisti. Ao mesmo tempo, tinha pavor de matemática, tinha horror, não sabia, não gostava, não aprendia.

Então tirei fora todas as possíveis profissões que necessitassem de matemática. Sobraram algumas: Pedagogia, Letras, Direito, e algumas outras. Escolhi Direito. Eu sinceramente nem sabia o que era exatamente, mas achava bonito, tinha umas amigas que estudavam Direito. Cheguei a perguntar, e elas falaram coisas maravilhosas. Assim foi a escolha. Quando fui fazer o vestibular, eu já estava mais bem informada e pensei: “vou estudar bastante e, no segundo ano, prestar concurso para o Instituto Rio Branco”, pois o meu foco passou a ser a diplomacia. Óbvio que quem me conhece sabe que isso não ia dar certo. Então, lá perto do segundo ano, conheci um professor que se chamava Eckel de Souza. Era um promotor de justiça no Rio de Janeiro. Na época era promotor do [Tribunal do] Júri, e eu fiquei encantada com a atuação dele, com a forma como ele lidava com os processos. Ele era um cara linha dura, rígido, sabe? Ninguém passava batido por ele. Então decidi: “quero ser promotora de justiça, vou ser promotora de justiça”. E assim trilhei meu caminho no Direito, focando para chegar lá. Assim eu fiz.

*Memória MPM* – Além desse professor, teve outra referência na graduação?

*Ione de Souza Cruz* - Ah, tive várias. Eu gostava muito do meu professor de medicina legal, o Ivan Nogueira Bastos. Adorava o meu professor de processo penal, que era o Weber Martins Batista, que tinha tido uma trajetória até muito parecida com a minha, que eu vim a ter posteriormente. Ele foi delegado de polícia, foi promotor de justiça e depois se tornou juiz. Ele era juiz de Direito no Rio de Janeiro. Era um sujeito extraordinário. Humano, bacana, amigo, se importava com os alunos. Foram pessoas importantes para o meu enriquecimento e me marcaram muito.

*Memória MPM* – Na sua biografia tem o oficialato na Marinha, a defensoria, antes do Ministério Público Militar. Como foi em cada uma dessas carreiras?

*Ione de Souza Cruz* – Tudo começou por uma necessidade pessoal: eu tinha que trabalhar. Em 1983 me formei, e passei 1984 estagiando em uma empresa de valores mobiliários. Quase que morri de tédio. Fazia a parte criminal, a parte de falsificação de títulos, essas coisas. Mas eu quase morri lá dentro...

*Memória MPM* – Pelo menos já estava na área.

*Ione de Souza Cruz* – É, estava na área, mas não era bom, sabe? Não curtia aquilo, não. Mas fazia, fazia bem feito, ia atrás. Fiz amizade com uma variedade de pessoas. E em 1984, no final do ano eu decidi: “não posso ficar assim, tenho que ter o trabalho certo, tenho que ir atrás do que eu quero”. Eu tinha meu foco. E aí apareceu o concurso para a Marinha. Olhei aquilo e falei: “puxa, meu avô foi militar da Marinha, meu pai foi da turma de 51 do Colégio Naval”, mas aqui entre nós, ele foi expulso por indisciplina. E falei: “Cara, vou fazer!” Era a primeira vez que abria concurso para mulheres formadas em Direito. Até então era só para médicas, psicólogas, enfermeiras, a área da saúde. E eu estudei que nem uma louca, estava tudo fresquinho da faculdade também, mas eram duas vagas somente. Pensei: “Tem muita filha de almirante que vai fazer; esse negócio, não vai rolar.” Mas eu passei e fiquei sete anos e meio na Marinha. Foram sete anos muito felizes, aprendi muitas coisas, até porque fui trabalhar diretamente com IPM (Inquérito Policial Militar), com Conselho de Disciplina, Conselho de Justificação, que eu nem sabia que existiam. Na faculdade não se vê isso. E havia o contato com a

Auditoria. Entre os juízes, tinha o doutor Carlos Alberto Marques Soares, o doutor Francisco o Mário César. Fizemos amizade com eles e começamos a estudar, as outras tenentes e eu, da área do Direito...

A subprocuradora-geral de Justiça Militar Maria Lúcia Wagner, também aposentada, trabalhava comigo, e era Tenente. Começamos a estudar juntas. Nós pusemos na cabeça que seríamos promotoras de Justiça Militar, na época [o cargo inicial da carreira] era chamado de procurador. Estudamos, estudamos, estudamos... Eu fiz o primeiro concurso para o MPM [Ministério Público Militar] em 1992 e não passei; reprovei na prova oral e fiquei traumatizadíssima.

*Memória MPM* – Como foi a prova oral em Brasília?

*Ione de Souza Cruz* – Eu reprovei na prova oral de Direito Administrativo, e eu fiquei muito infeliz com aquilo. Mas no mesmo dia em que eu sofri a reprovação [no MPM], eu recebi a notícia de que havia sido aprovada em outro concurso, eu recebi o telegrama de que eu tinha sido aprovada no concurso para a Defensoria Pública, que era Advocacia de Ofício, e a vaga aberta era a de Curitiba. Eu tinha um filhinho que não tinha nem um ano ainda, o Ian, mas não pensei duas vezes. Pensei: “eu vou, está na hora de sair da Marinha, já dei tudo o que tinha que dar ali, já aprendi tudo o que tinha que aprender”. Nossa, eu tenho amigos lá até hoje, ainda tenho o grupo de WhatsApp da minha turma da Marinha, que é a turma de engenheiros, médicos e as meninas do então corpo auxiliar. Mas assim, a gente fazia de tudo. As pessoas não estavam acostumadas de você chegar para um almirante

de esquadra e falar: “Olha, eu não faria desse jeito, eu faria assim, porque desse outro jeito o senhor vai responder a um processo.” E eles gritavam com a gente: “MAS O QUÊ? Vai fazer assim!”, “Ué, o senhor quer fazer assim, o senhor faz, mas eu não vou assinar, o senhor assina.” Era tipo isso, e eu achava que eu ia sair de lá que nem meu pai saiu. Mas no fim, a gente saiu muito respeitada de lá, a verdade é essa.

*Memória MPM* – Mas a senhora falou que tinha contato, nesse período, com a Auditoria. E com a Promotoria, com o Ministério Público, tinha algum contato também?

*Ione de Souza Cruz* – Acho que não, não tinha. Nessa época era só com os juízes. Os primeiros contatos que eu tive com o MP foram, se não me engano, com a Cláudia Márcia [Ramalho Moreira Luz], com a [Maria] Ester [Henriques Tavares], com o Ulysses [da Silva Costa Filho], a Janette [Oliveira Guimarães], a Janetinha, maior saudade... Então foi com essas pessoas. Eu não tinha muito envolvimento com o MP. Em Curitiba, como defensora pública, o outro defensor foi o Edgard e os procuradores eram o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] e o Paulo [César de Siqueira Castro] e o Néelson Senra. Mas eu cheguei a Curitiba com um filho pequeno, não me adaptei ao clima, eu odeio o frio. Eu me dei bem socialmente, fiz muitos amigos, os meus vizinhos eram todos meus amigos. Esse povo diz que curitibano é meio fechado, mas comigo não era, não. Comigo era uma delícia, saía para jantar quase todos os dias. Meu filho passava mal por causa da alergia, da mudança climática. E, aqui entre nós, eu não suportei a minha função. Não combinava comigo, sabe? Assim, tinha aquele negócio, o advogado tem que se apaixonar. Tinha casos



em que eu olhava e pensava assim: “Não! Esse cara fez isso? E eu vou ter que defender?” Sabe, não era para mim, não era a minha praia. Aí decidi: “vou fazer outro concurso”. Um colega meu ligou um dia e me avisou que ia abrir concurso para a polícia civil no Rio, e eu: “Onde é que faz a inscrição, quanto é, quando vai ser?”. E assim eu fiz. Fui lá, fiz o concurso, passei, fui chamada e, no final das contas, fiquei somente dois anos em Curitiba. E, desses dois anos, fiquei um tempo afastada, porque eu já estava grávida do meu segundo filho, Iev, tirei a licença maternidade antecipada em e mudei de lá. Voltei para o Rio de Janeiro. Fiz Academia de Polícia com meu pequeno Iev. Ia para a aula com ele no colo, era uma farra, e até hoje ele é chamado de filho da polícia. Hoje está com 27 anos.

*Memória MPM* – E como foi a experiência da Polícia do Rio de Janeiro?

*Ione de Souza Cruz* – Na polícia, eu me destaquei. Fiz o que eu gostava. Adorava a polícia. Eu fiquei primeiro na 14ª DP, delegacia de bairro, onde fui plantonista; depois fui para a 12ª DP, onde eu quase adoeci. A 12ª, em Copacabana era muito cavernosa, vamos dizer assim. E depois eu fui para a DEAT (Delegacia Especial de Atendimento ao Turista), porque falo dois idiomas e acabei sendo diretora da delegacia. A DEAT era meio parada, não tinha nada extraordinário para fazer. Funcionava muito em época de carnaval, natal, réveillon, essas datas. Dali eu fui para a [delegacia de] homicídios, onde eu realmente trabalhei no que gostava. Tinha pedido para ir para [a delegacia de] sequestros, mas o doutor Hélio Luz não permitiu e me lotou na homicídios. Ali na homicídios, eu e minha equipe fizemos três bons trabalhos. Em todos os três, claro, a pessoa estava morta, então não posso

dizer que tinha bom resultado, mas foram três trabalhos de equipe muito bons, com um time bem afiado, harmônico, em que você confia no colega que está com você e não tem puxada de tapete. A divisão de tarefas é perfeita, ninguém precisa falar nada, basta um olhar, e o colega sabe o que tem que fazer. Foram três trabalhos maravilhosos, e por esses trabalhos nós ganhamos recompensas, recomendações. Foi muito bom. Foi nessa época que eu me inscrevi no concurso para o Ministério Público Militar. Resolvi fazer de novo. E, embora eu não tivesse comentado com ninguém, muita gente veio falar comigo, diziam que agora eu ia passar, que até já iam comprar a champanhe. E eu fiquei louca. Pensei: “Meu Deus do céu, se eu não passo agora, como é que vai ser?” A gente sabe que não é bem assim, até pensei em não fazer a prova, dizer que esqueci, que estava no plantão, qualquer coisa. Mas eu passei, não é? Passei e fui embora da polícia. Eu tenho saudade da polícia até hoje.

**Memória MPM** – Foram quantos anos de polícia?

**Ione de Souza Cruz** – Quatro anos e meio. Mas é um trabalho que, eu vou te dizer, é a única função pública, fora médico, em que a autoridade está lá 24 horas por dia e atende todo mundo sem hora marcada. Qualquer um que quiser falar com o delegado vai ser atendido. E você tem que ser delegado, psicólogo, assistente social, babá... Você faz tudo para ajudar aquela pessoa. Não estou dizendo que todos são assim; lógico que tem gente que não faz isso. Mas, no geral, a gente faz. Porque você quer que aquela pessoa saia dali sem problema, ou mais leve, e que não te traga mais problemas também. Foi uma coisa bacana que eu vivi. Todas essas funções foram muito boas, sabe. E me ajudaram a desempenhar minhas funções no MP.

*Memória MPM* – Sim, isso que eu ia comentar, todas elas, de alguma forma estão relacionadas, a suas atribuições no MPM, a Marinha, a defensoria, a polícia.

*Ione de Souza Cruz* – Sim, tudo, tudo.

*Memória MPM* – A posse foi na Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro?

*Ione de Souza Cruz* – A lotação inicial foi no Rio de Janeiro. Eu fiquei dez anos no Rio, depois quis sair de lá e fiquei esperando a oportunidade. Vaga no Sul não me interessava, de jeito nenhum, não queria ir para o Sul nem amarrada. Campo Grande me interessaria, Nordeste me interessaria, mas havia lugares que a gente sabia que tão cedo não abririam vagas. Fortaleza, que era meu sonho dourado na época, eu sabia que não ia rolar. Tanto é que Fortaleza foi abrir vaga muitos anos depois. Pernambuco eu não curto muito, Salvador eu gostava... Queria ir para um lugar tranquilo para os meus filhos, para eu poder criar meus filhos sem muitos sobressaltos. E aí abriu vaga em Brasília, que gerou confusão. Questionaram se a vaga existia ou não, falaram o diabo na época, eu sofri um certo assédio. Mas eu não queria nem saber. “Abriu a vaga?” “Abriu!” “Alguém mais antigo que eu quer ir?” “Não, não quer.” “Então eu vou!” E fui. Você veja, gostei tanto que eu estou morando aqui até hoje. Me aposentei em 2016 e continuo morando aqui, não vou embora.

*Memória MPM* – Mas vamos voltar ao Rio de Janeiro. Como foram esses dez anos de atuação no Rio? Como era o trabalho lá, sentiu diferença em relação a Brasília?

**Ione de Souza Cruz** – Senti. As ocorrências são diferentes. No Rio de Janeiro você tem muita violência. Muitos casos envolvendo violência: homicídio, lesão corporal... Nós pegamos crimes ligados ao tráfico, envolvimento com traficantes pesados. Não foi o meu caso, mas eu cheguei a ver um julgamento daquele Enaldo<sup>1</sup>, ele tinha um apelido lá no Comando Vermelho, sei lá, Amigo dos Amigos, eu cheguei a ver esse cara sendo julgado na Justiça Militar por receptação de armamentos, não sei... Foi até com o [Jorge Luiz] Dodaro. E aqui em Brasília a gente não vê isso. Aqui em Brasília você vê crime financeiro, corrupção, lavagem de dinheiro, abuso de autoridade. Agora a Justiça Militar está julgando todos esses casos, porque antes a gente recebia e tinha que espanar. Então aqui é muita deserção... É muito diferente. Eu não sei agora, pois, de 2016 para cá, a gente teve muita mudança no cenário nacional, e talvez tenha mudado alguma coisa, mas na minha época era bem diferente. No Rio de Janeiro, foi muito bom porque eu trabalhei com meus amigos queridos de concurso, o Cláudio Amin [Miguel], o Otávio [Augusto de Castro] Bravo, a Regina [Coeli Gomes de Souza], a Adriana [Santos] Ambrósio, a Ana Silva, estava todo mundo pertinho, era muito bom. Se a gente tinha dúvida, ia procurar o colega e tal. Eu trabalhei com o doutor José Vitor, era juiz, a doutora Letícia, o que foi complicado no início, mas depois se tornou minha amiga. Quem mais? Doutor [Roberto] Menna Barreto [de Assumpção]. Nossa! Só gente boa, só gente bacana. Não tem o que falar.

---

<sup>1</sup> Trata-se do traficante Ernaldo Pinto de Medeiros, codinome Uê, líder da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA), rival de Luís Fernando da Costa, codinome Fernandinho Beira-Mar, chefe do Comando Vermelho. Ernaldo foi morto em ação liderada por Beira-Mar em 2002, com apoio de outra facção criminosa, Terceiro Comando, no presídio de segurança máxima Bangu I. Fonte: [https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/publicacoes\\_institucionais/2517\\_2009.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/publicacoes_institucionais/2517_2009.pdf), página 224.

**Memória MPM** – Alguma atuação marcante, algum caso que tenha chamado a atenção no Rio de Janeiro?

**Ione de Souza Cruz** – Sim, teve um caso em que nós fizemos atuação em conjunto (quatro promotores), que era um caso de fraude num concurso público de sargentos para a ESA<sup>2</sup>, para a escola de sargentos que fica em Três Corações, Minas Gerais. Ali teve um colega (um dos promotores) que levou um tiro, foi ameaçado, a gente não sabe se é ligado ao caso, mas não teria outro motivo. Foi bem pesado porque eram marginais mesmo, marginais brabos. E teve um outro caso, na favela do Muquiço, onde existe um residencial, acho que do Exército, e tinha uma guarita guarnecida por soldados. Entraram para roubar fuzis e saíram disparando tiros. Mataram um soldado da guarita. Nós pegamos os caras e conseguimos condená-los. Tem diversos casos interessantes. Houve um que nunca teve desfecho, que foi o do CT (contratorpedeiro) Pará<sup>3</sup>. Aquele monte de mortes relacionadas ao CT Pará, o sargento que apareceu enforcado lá dentro, os oficiais que foram mortos em circunstâncias estranhas do lado de fora, um outro que, no dia em que vinha depor no IPM, apareceu morto no meio da Rodovia Dutra. Esse caso “CT Pará” foi uma frustração, porque quando eu entrei, em 1997, ele já estava em andamento.

---

<sup>2</sup> ESA – Escola de Sargentos das Armas, estabelecimento de ensino militar do Exército, localizada em Três Corações/MG, responsável pela seleção e formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro. Fonte: <http://www.cmp.eb.mil.br/index.php/essa>

<sup>3</sup> O caso em questão teve início com a investigação do suposto suicídio do sargento Antônio de Jesus Nobre, no interior do contratorpedeiro Pará. Para mais informações: [http://www.viaseg.com.br/noticia/1686-drogas\\_\\_problemas\\_tambem\\_atinge\\_forcas\\_armadas.html](http://www.viaseg.com.br/noticia/1686-drogas__problemas_tambem_atinge_forcas_armadas.html)

O IPM era, eu acho, de 1994. Quando o peguei em 1997, a prova já estava fria, murcha. A gente não tinha muito o que buscar. O saudoso doutor [Levi] Inimá [de Miranda], meu eterno amigo “de sair buscando as coisas”, me ajudou muito, mas a gente não conseguiu encontrar nada; e outros amigos trabalharam. Otávio, acho que trabalhou nesse caso também. A gente lutou, lutou, mas não conseguiu nada, infelizmente. Temos ideia do que aconteceu, mas não conseguimos provar.

*Memória MPM* – Ainda no Rio, por volta de 2004, a senhora atuou naquele grupo de trabalho sobre desvio de armas e armamentos. Como foi esse trabalho?

*Ione de Souza Cruz* – Esse trabalho não foi muito fácil, porque as cartas não nos eram mostradas. Quem ajudou muito a gente foi o coronel Diógenes e o coronel Ferreira, acho que era esse o nome dele, esses dois tentavam ajudar a gente, mas a informação não chegava do setor de armas e explosivos do Exército, eles não nos passavam a informação correta, completa. Chegou-se ao ponto de, no relatório, constar, no rol de armamentos e munição, cartucho plot. Cartucho plot é de impressora, e eles estavam colocando lá como se fosse cartucho de arma. Então não dava. Eu acredito que esse estudo não mostrou a realidade. Faltou muito.

*Memória MPM* – A senhora participou de uma CPI (Comissão Parlamentar e Inquérito)<sup>4</sup>, no Congresso para tratar do desvio de armas também?

---

<sup>4</sup> CPI do Tráfico de Armas. Os promotores de justiça militar Ailton José da Silva, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz e Ione de Souza Cruz Mesquita, que em 2004 integraram um grupo de trabalho que fez um levantamento do desvio de munições e armamentos pertencentes

**Ione de Souza Cruz** – Sim, participei. Entrei muda e saí calada, porque percebi que ali ninguém queria falar nada. Eles queriam é que assumíssemos para eles que nós (MPM) só existíamos para passar a mão na cabeça do Exército, entendeu? O que quer que você falasse ali, eles iam dizer isso. Lembro que, quando o Aílton [José da Silva] tomou a palavra, alguém lá atrás [na audiência] gritou: “O advogado do Exército!”. E aí nós ficamos calados, não falamos mais nada. Não havia seriedade.

**Memória MPM** – E a atuação no GNCOC<sup>5</sup> (Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas), como foi?

**Ione de Souza Cruz** – O GNCOC? Eu gostei muito porque você ficava sabendo de tudo o que estava acontecendo nos outros Estados, nas outras regiões. E você conseguia criar uma rede de informações, porque os nomes se repetiam nas causas. Se você tem tráfico de armas, normalmente você vai ter alguém das Forças Armadas envolvido na situação. Então a gente fez uns amigos lá, fez uns contatos no GEFRON (Grupo Especial de Segurança na Fronteira), que era formado pelo pessoal das guardas e das polícias militares que ficavam nas fronteiras, hoje acho que é a Polícia Federal que faz isso. Bom, a gente fazia palestras, levava pessoas interessantes, até que surgiu a estória do Demóstenes [Lázaro Xavier Torres], aquele senador que era do Ministério

---

às Forças Armadas, foram ouvidos em audiência pública na Câmara dos Deputados em 13 de abril de 2006.

<sup>5</sup> A entrevistada representou o MPM no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), entre 2004 e 2010.

Público [de Goiás], do [Leonardo] Bandarra [membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios], do Cláudio Lopes [ex-procurador-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro], que era do Rio de Janeiro, e daí em diante o GNCOC deu uma caída. Porque essas pessoas estavam dentro do GNCOC, participavam das ações e das decisões, tinham informações privilegiadas de tudo o que a gente investigava. Então nós estávamos sendo traídos descaradamente e acho que foi por isso que o GNCOC perdeu um pouco do fôlego, porque em quem iríamos acreditar, não é? Eu espero que eles consigam contornar isso e voltar, porque era um grupo muito bom.

*Memória MPM* – Ainda no Rio, como a senhora encontrou a procuradoria? Já estava estruturada administrativamente?

*Ione de Souza Cruz* – Não, a gente dava um jeito, mas ela ficava dentro das instalações da auditoria. Era uma sala só, me lembro da Hermínia (então Procuradora) e da Andréia Martins, que era a analista, e aquele amontoado de coisas. Você passava por cima das cadeiras, a linha telefônica era da auditoria, era uma coisa assim, louca. Quando tomei posse e comecei a trabalhar, já tínhamos os andares embaixo (6º e 7º andares), no mesmo prédio, que era o prédio da Embratur, na Praça da Bandeira. Então a gente tinha estacionamento, vaga para o carro. A auditoria funcionava nos andares de cima e as procuradorias nos de baixo. Já estava melhorzinho, mas não estava maravilhoso, ainda não. Dali nós fomos para o prédio da Academia de Medicina, na avenida General Justo. Ali era muito bom, mas não tinha vaga para carro, era um horror. A gente estacionava e tinha que conferir toda hora para ver se o guarda não estava multando, se não estavam rebocando, mas as instalações eram muito



boas. Depois eu fui para Brasília, a auditoria [no RJ] estava se mudando para a Ilha do Governador, e a PJM foi para a Avenida Presidente Vargas. Depois eu voltei para o Rio por um ano, mas a gente chega lá. Na General Justo acho que a única coisa ruim mesmo era o estacionamento, o resto estava bom. Mas a gente não tinha o que reclamar, estava muito bom.

*Memória MPM* – E aí depois veio para Brasília?

*Ione de Souza Cruz* – Vim para Brasília e a procuradoria ficava no [edifício do Shopping] Liberty Mall (risos). Nossa, engordei como uma louca, porque tinha uma sorveteria maravilhosa e uma cafeteria. Ficava toda hora sobe, desce, sobe, desce, pega sorvete, pega café, pega sorvete... aquele sorvete cheio de chocolate. Era um inferno! Mas ficou pouco tempo, a gente não podia parar o carro oficial ali na porta, imagina o que iam falar, a gente tinha que dar a volta com o carro oficial lá por trás e entrar direto pela garagem, senão imagina, ia aparecer na primeira página do Correio Braziliense. Foi bom também, durou pouco, mas foi bom. Dali nós fomos para o prédio da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que fica ao lado do Teatro Nacional, um prédio bonito, bacana, instalações boas, prédio moderno. Ali foi criado o CPADSI<sup>6</sup>, no prédio da CNI. Era a época da Maria Ester como procuradora-geral, e o prédio que hoje é a Procuradoria-Geral estava iniciando a construção.

---

<sup>6</sup> Mediante a Portaria n° 104, de 7 de maio de 2007, a então procuradora-geral de Justiça Militar, dra. Maria Ester Henriques Tavares, criou, no âmbito do Ministério Público Militar, o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança de Informação. A Portaria n° 161/PGJM, de 3 de julho de 2007, designou a promotora Ione de Souza Cruz para coordenar as tarefas inerentes à referida unidade.

*Memória MPM* – Como foi a criação do CPADSI?

*Ione de Souza Cruz* – No GNCOC, eu vi como todos tinham essas unidades de inteligência para gerenciar dados sensíveis dos inqueritos, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico, para a gente poder organizar as informações e ajudar os colegas no cruzamento de dados, essa era a ideia. Pedi um servidor para podermos iniciar o CPADSI. A gente usou o nome CPADSI, por causa do CPADSI do MPDFT, que usava esse nome também. E aí nós fizemos. No início o CPADSI era composto por mim e pelo Luís Fernando, que é muito ágil, e, num instante, criou o negócio todo. Eu falei: “Luís, a gente não vai dar conta disso, tem que ter mais gente”, e nós contávamos com a ajuda da secretária, a Michele, do Samuel. Todos ajudavam no CPADSI, sabe? Então a gente conseguiu o auditório...

*Memória MPM* – Mas a atuação do CPADSI era até então limitada à PJM/DF?

*Ione de Souza Cruz* – Naquele primeiro momento, só trabalhávamos a Cláudia [Rocha] Lamas e eu no 2º Ofício da Procuradoria, e o CPADSI ficava sob minha direção. Não se podia abrir ainda para ninguém, pois não havia segurança. Como eu poderia garantir o sigilo de uma informação se eu nem tinha um cofre para guardar? Não havia servidor (computador) dedicado, nada. E então a gente conseguiu um espaço no auditório da PGJM (Procuradoria-Geral de Justiça Militar) antiga. Era um auditório no subsolo, que acabou sendo o local onde instalamos o CPADSI. Não tinha janela, não tinha nada, era um horror. Mas foi lá que criamos nossos laços, a equipe se desenvolveu ali. Nós conseguimos o Dino, o Waldo, o Welder e outros

servidores, e conseguimos até um servidor só para o CPADSI. Por servidor eu digo equipamento de informática. E dali a gente deu um grande passo. O Argus começou a ser gestado, uma história de sucesso. Foi aumentando e o CPADSI, hoje, tem vida própria e virou referência!

*Memória MPM* – Ainda na PJM Brasília teve a atuação no caso dos controladores de voo. Como foi esse IPM?

*Ione de Souza Cruz* – Aquilo foi um susto. Era uma sexta-feira, final da tarde. Nunca imaginei de ver uma coisa daquela. Na verdade, as coisas na FAB (Força Aérea Brasileira) já não estavam andando muito bem. Eu já havia acompanhado um inquérito por causa de uma reunião que aqueles caras fizeram no Parque da Cidade. Eles se reuniram lá, tinha umas fotos, mas não tinha nada palpável para dizer que eles estavam se manifestando contra a Aeronáutica. Tinha eles falando sobre plano de saúde, sobre moradia, mas não era nada. Então eu falei na época: “Coronel, vamos arquivar esse inquérito, porque mesmo arquivado, se vierem novas provas, a gente pode desarquivar. Não tem nada de mais no que temos aqui. Não tem atuação sindical, não tem nada disso. Tem o quê? Dez pessoas ali naquele vídeo, acho que não tem mais nada. Se bater na minha mão, eu vou arquivar” “Ah, tá bom.” O IPM veio para mim, pedi o arquivamento, beleza. Logo depois começaram umas coisas pontuais de atraso nos voos e de não autorização de decolagens e pousos, pois os controladores diziam que não havia segurança suficiente para permitir aquela operação. E aquilo foi ficando esquisito, mas deixaram o troço crescer. De repente, estoura aquilo lá [o motim]. Lembro que eu estava em casa quando me ligaram para falar que os controladores entraram em greve.

Falaram que eles estavam aquartelados voluntariamente no VI COMAR, e o coronel estava desesperado porque apesar de ordenarem a todos os amotinados que descessem, o Cabo bateu a porta na cara dele. Então o negócio estava sério. Daí eu liguei para a procuradoria, mas só consegui achar a Ana Carolina [Scultori da Silva Teles] e falei: “Carol, não tem jeito, vou chamar um carro, vamos para lá.” Nós fomos para lá. O [Juniti] Saito<sup>7</sup> tinha acabado de assumir, e ainda tinha cabelo preto. Acho que em uma semana ele ficou grisalho. E aí conversando lá eu falei “cara, isso é um motim”, e o militar: “Não, não pode falar esse nome!”, e eu: “Não? Qual outro nome tem isso? Os militares não querem cumprir a ordem que eles têm que cumprir, e, mesmo para o coronel, que foi lá em cima, o Cabo falou assim: “Ah! O Brigadeiro quer falar com a gente? Manda ele vir aqui.” Pum! Fechou a porta na cara dele. Eu falei assim: “Olha, para mim tinha que ter dado voz de prisão.” Aí ele falou: “Mas aí a gente vai ter que dar voz de prisão para 120 pessoas.” Eu falei: “Está esperando o quê? Manda fazer fila, distribui senha, vamos fazer APF para todo mundo!” Óbvio que não era uma coisa de boa política, mas para mim era um crime que estava sendo praticado ali. Ou então poderíamos ver quem eram os líderes e prendê-los. Na confusão ficou definido que a gente instauraria o inquérito e que não ia determinar a prisão de ninguém. Saí de lá injuriada. Chegou uma hora que um quatro estrelas falou que iam pegar um avião, pousar esse avião na Esplanada [dos Ministérios] e tomar tudo. Diante daquela situação, o Brigadeiro disse que era melhor eu ir embora. “Então está bom. Estaremos com esse inquérito instaurado amanhã e vamos começar a correr atrás disso aí.” E fomos embora, eu e a Carol. No dia seguinte

---

<sup>7</sup> O Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito tomou posse em 28 de fevereiro de 2007 como Comandante da Aeronáutica. O motim dos controladores de voo ocorreu em 30 de março de 2007.

nós requisitamos a instauração do inquérito, assinada por nós quatro: Eu, Carolina, [Jaime de] Cassio [Miranda] e [Giovanni] Rattacaso. Então nós começamos a trabalhar no inquérito. Esse inquérito se desdobrou em dois: um contemplando os supostos líderes; e o outro com os que abandonaram o posto, os que abandonaram as consoles, os que usaram a fonia para falar que estava tudo bem lá do outro lado, porque eles falaram naquele telefone direto e ficou tudo registrado na gravação. Depois de muito tempo, houve a junção dos dois processos em um só<sup>8</sup>. Na minha visão, essa estratégia – contra a qual me insurigi veementemente – seria a sentença de morte da causa, porque ia começar tudo de novo, ia ter que ouvir todo mundo de novo, oferecer o contraditório, e aí se discute se vai haver interrogatório no início ou no final, sabe? Aquela coisa...

*Memória MPM* – Eram mais de 90 envolvidos, não?

*Ione de Souza Cruz* – Na minha denúncia havia 86 denunciados, porque tinha uns que você não sabia se eles... Puxa, o cara está na console trabalhando, está no horário dele de trabalho, de repente mandam parar tudo e sai todo mundo. Entra um monte de gente na sala de controle. Por óbvio que ele tinha que parar mesmo, até por uma questão de segurança. Então não sabia se deveria denunciar nessas hipóteses, a não ser que tivesse alguma prova de que ele parou porque ele estava envolvido. Mas os que eu denunciei, eu tinha certeza. Essas coisinhas todas, essa burocracia do Direito, vamos dizer assim, esse

---

<sup>8</sup> O inquérito deu origem ao processo nº 45-31.2007.7.11.0011, que foi posteriormente unificado ao processo nº 126-09.2009.7.11.0011, ainda em curso.

excesso de garantismos, eu acho que a lei nem fala disso, é uma interpretação excessivamente garantista que esses autores estrangeiros acabam trazendo para nós, e isso foi me frustrando muito, sabe? E nessas horas eu falava: “Nossa, que saudade da polícia!” Porque lá a gente resolvia as coisas na hora. E por resolver não quer dizer que a gente ia bater na pessoa, esganar, matar. Não, a gente conversava, e assim conseguia resolver as coisas, sabe? Aqui no MP você fica muito amarrado. Como juiz você fica amarrado, como advogado você fica amarrado... Então, nesse caso dos controladores, vê só o que aconteceu. Acho que até prescreveu o negócio de tanta filigrana que você fica tratando. A minha frustração começou daí, desse caso, e foi crescendo depois, com outros casos. O importante é a tese, a argumentação, os livros e autores que são citados. O réu é mero detalhe...

**Memória MPM** – Voltando a esse caso, depois que a senhora e a doutora Ana Carolina saíram, a senhora sabe o que aconteceu? Qual foi o desdobramento?

**Ione de Souza Cruz** – O desdobramento foi que o movimento foi parando e os amotinados foram saindo, não havendo prisão.

Houve um militar que foi chamado pelo CINDACTA, eu não sei por que ele foi chamado, mas eu imagino que era da parte de inteligência e ele foi meu colega... Porque, quando eu fui da Marinha, servi dois anos aqui em Brasília, no gabinete do ministro (Consultoria Jurídica, que era o Henrique Saboia. Eu morava na 111 Sul, no PNR da Marinha. Pegava carona da FAB para ir para o Rio de vez em quando, e numa dessas caronas eu conheci esse militar, que era Tenente aviador (ano de 1986). Esse tenente, que era muito gente boa,

dava carona para minhas amigas todas. No dia do motim eu o vi, ele estava mais velho, cabelo meio branco, e eu perguntei o que ele estava fazendo ali. Ele olhou para mim e perguntou: “O que VOCÊ está fazendo aqui?!” Eu disse que era Promotora de Justiça e estava encarregada da causa, e ele então disse para eu ir embora, que depois a gente ia se encontrar, e então ele me contaria detalhes. Eu falei: “Tá bom!” E fui embora com a Carol. Alguns dias depois ele me ligou e chamou para tomar um chope. Eu não bebo nada, fui lá tomar coca zero, e ele não me falou absolutamente nada. Ele disse que aquela situação ia se resolver sozinha, que ia dar tudo certo, e não sei mais o quê. E ficou assim. O que eu sei é que aquilo passou a noite toda daquele jeito, aqueles militares ficaram todos aquartelados até que alguém chegou lá e falou: “Olha, vocês vão responder um processo!” Eles, aquartelados, escreveram uma carta com o que eles queriam, argumentando que exigiam melhoria das condições de serviço. Mas não tinha um item sequer de melhoria de serviço, era só desmilitarização e melhoria de dinheiro. E foram embora, aquilo foi voltando ao normal aos poucos, e depois eu fui tocando o inquérito. O que aconteceu ali entre eles eu nunca soube.

*Memória MPM* - Efetivamente eles conseguiram alguma coisa?

*Ione de Souza Cruz* - Nada. Eles queriam aumento de salário, eles queriam ser diferenciados dos outros militares. Até teve aquela história de: “Por que eu tenho que ser tratado igual ao tocador de bumbo?” E isso pegou muito mal para eles. restante dos militares acabou ficando contra eles. Eles queriam ser desmilitarizados. Queriam mais gente, porque o máximo que um controlador pode controlar numa console sozinho são 14 voos, mas nunca tinha mais de

14 voos ali. No dia em que teve o acidente da Gol<sup>9</sup>, eles estavam controlando quatro voos. Eles não viram o óbvio ali. É lógico que se você quer uma melhoria do sistema, se o sistema tem uma falha, você aponta o problema e tenta resolver, mas do jeito que eles fizeram... E saiu da cabeça de duas pessoas, você sabe, que inclusive já saíram da FAB.

*Memória MPM* – A senhora falou de outra atuação marcante, do acidente da Gol, o que tem a falar sobre o caso?

*Ione de Souza Cruz* – Esse caso foi bom porque a partir daí eu já fui mudando meu foco e hoje uma das coisas que eu faço como aposentada é trabalhar com investigação de acidentes aeronáuticos, de forma particular, privada. Me associei a uma empresa (AI4R.CO) que atua nisso (litigation), e nós já fizemos trabalhos maravilhosos, consultorias muito detalhadas, e estamos indo em frente. Bom, no acidente da Gol foi o seguinte: não tinha inquérito nenhum na Justiça Militar porque era um avião comercial e um avião particular, jatinho executivo, Legacy. Então, em princípio, não tinha nada a ver com a Justiça Militar. Porém eram militares da FAB que controlavam aquele voo, pois é um serviço exclusivo da União, da Força Aérea. Por isso nós tínhamos que verificar também a atividade, a atitude, o que esses controladores fizeram, se não tinha alguma concorrência deles, alguma participação deles no fato, entendeu? Então eu requisitei a instaurar

---

<sup>9</sup> Acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Embraer Legacy N600XL, da ExcelAire, que deu início a uma série de questionamentos sobre a segurança do sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro, assim como sobre a conduta de controladores de voo.



do inquérito e o acompanhei. Na verdade, eu tive que fazer um “curso de imersão” para poder entender, porque quando vem o inquérito, você não entende nada. Tem a parte elétrica, a hidráulica, a estrutural, a aerodinâmica, você lê aquilo e percebe que não vai poder fazer nada se não entender. Tudo bem, a gente tem noção de muita coisa, mas não se tem a noção de tudo. Até para fazer uma acusação, você tem que se cercar de pessoas que sabem. Eu me lembro de que na época o coronel, acho que hoje é coronel Moreno, ele praticamente passou a morar lá na procuradoria me ajudando, eu também busquei informação com um policial federal, fui dentro de um avião da Gol, para ver como é que funcionava, consegui também ir dentro de um Legacy para entender algumas questões, principalmente daquele negócio que eles falaram que desligaram, o TCAS, o transponder... Aí eu fui entendendo e fui-me virando, e no final eu fiz um trabalho bem legal, fiz um glossário para as pessoas que lessem, pudessem entender, a denúncia ficou bem legalzinha. Mas dali eu comecei a estudar mais e mais, fiz diversos cursos e estudos e hoje estou prestes a fazer uma especialização nessa área de safety na aviação. E esse caso me deu uma certa satisfação de poder provar que aqueles dois controladores agiram com negligência, e que eu hoje vou te dizer, não foram os pilotos do Legacy que derrubaram o avião, foram os controladores. Eles poderiam ter evitado aquilo, foram muitos erros.

**Memória MPM** – E a produção literária, qual a inspiração para escrever?

**Ione de Souza Cruz** – É, na verdade eu não tinha a intenção de escrever livro nenhum. Quem me chamou foi o Cláudio Amin, que disse para escrevermos

um livro explicando o artigo 9º do Código Penal Militar<sup>10</sup>, porque ninguém entendia. Eu concordei e aquilo deu um trabalho, nossa... Porque a gente acabou escrevendo um livro todo, mais abrangente. Nós fizemos Elementos de Direito Penal Militar, Parte Geral; e Elementos de Direito Penal Militar, Parte Especial. São dois livros fininhos, bem simplesinhos, voltados mais para o militar que está no dia a dia do quartel, que vai fazer uma prisão em flagrante, que vai fazer um inquérito, ou até mesmo que vai fazer um concurso, pois tem umas dicazinhas. Eu até mandei um arquivo atualizado dessas alterações da lei de 2017<sup>11</sup> e da de 2018, alteração profunda do artigo 9º, da competência da Justiça Militar para atualização do material, mas assim, aos pouquinhos eu tenho saído um pouco do Direito. Um pouquinho só.

*Memória MPM* – Qual o impacto das frustrações, como no caso dos controladores de voo, para o pedido de aposentadoria?

*Ione de Souza Cruz* – É, o pedido da aposentadoria... Eu trabalhei 32 anos no serviço público. Eu já estava aqui em Brasília, abriu uma vaga no Rio, e eu permutei com a Caroline [de Paula Oliveira Piloni]. Ela precisava, estava com uns problemas pessoais, precisava ficar aqui em Brasília, onde estava temporariamente. Perguntei se ela queria permutar comigo. Disse a ela que iria me aposentar e ficar um ano no Rio, com meu pai e minha mãe, aí ela poderia ficar em definitivo em Brasília, sem correr o risco de, mudando a

---

<sup>10</sup> O art. 9º do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, define o que são considerados crimes militares em tempo de paz.

<sup>11</sup> Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017.

Administração, ter de voltar para o Rio, onde estava lotada. E ela aceitou. Ela disse: “Você sabe o que vai acontecer?” Eu falei: “Sei, mas nós temos o direito de fazer isso. Eu tenho o direito de fazer isso. Eu quero ir para o Rio e pronto! E estou convidando você.” E assim foi. Eu fiquei no Rio um ano e foi o inferno, alguns colegas criticando... Todo mundo faz permuta o tempo todo, mas ali foi um problema. Fiquei um ano no Rio, levando 2 horas e meia para ir da casa do meu pai até a procuradoria, pois meu pai morava no Recreio. Pegava o executivo e descia lá no caixa prego, ia andando. Chegou uma hora em que eu já ia de calça jeans e chinelo e trocava de roupa na procuradoria. Bom, aí eu fiquei um ano lá. Muito boa a convivência com o povo de lá, muito legal, na auditoria também. E aí veio a oportunidade de promoção por merecimento para Manaus, e eu concorri. Falei: “Bom, vou ficar um tempo em Manaus, eu gosto demais de Manaus, não vou só aceitar e me aposentar.” Até porque não pode aceitar e se aposentar. Fiquei sete meses em Manaus e me aposentei. E assim, essa frustração, meio que frustração cresceu por que você vê que tem casos que, se você condenar, você não fez justiça; e, se você absolver, você também não fez justiça. Por exemplo, o caso que eu cito muito é a deserção. Todo mundo fala: “Nossa, deserção é um crime gravíssimo!” Meu pai fala sempre que é o crime mais grave do Código Penal Militar. Mas eu digo a ele que não é, não. Em tempo de guerra, pode até ser. Numa comissão em que o navio vai suspender, vai ficar seis meses no mar, pode até ser, mas no dia a dia não é, não. Veja, antigamente havia uma outra situação. Hoje os meninos têm dificuldade, os meninos de 18, 19 anos, às vezes não tem dinheiro sequer para pegar um ônibus. Tem a namorada que fica grávida, a mãe que depende dele... Às vezes para pintar uma parede ele ganha mais do que paga a Marinha, o Exército, a Aeronáutica. Então, você tem que ver o conjunto. E tem juiz que não vê isso! O nosso mundo é muito elitista... Promotor, juiz... e eu sempre combati muito isso, eu não sou assim, sou uma

pessoa muito simples, eu não sou nada formal, então eu penso nessas pessoas. Agora tem casos em que você condena e não é suficiente também, sabe? Então isso foi me deixando tão chateada, tão frustrada de eu fazer tudo, e a coisa não se resolver, e você vê a pessoa sofrendo à toa. Eu também já pleiteei condenação de gente, lá no início da carreira, que hoje eu me arrependo tanto de ter feito. Eu rezo tanto por essas pessoas hoje... E eu não sou beata de igreja não, viu. Eu não sou nada, eu não sou nada, eu só fico triste de ter feito essas coisas, porque você vai ficando velho e vai ficando mais sentimental. Mas eu dou o maior apoio às pessoas que gostam, que entram com gana, que querem mudar. Por isso eu sou contra a PEC da bengala também, eu acho que essas pessoas têm que sair para dar vaga para os mais jovens, sabe? Oxigenar, mudar. Também não adianta entrar um jovem com cabeça de velho, que também tem, aqui entre nós aqui (risos). Não, tem que mudar, tem que bater o pé e ir em frente.

**Memória MPM** – Mas aposentadoria não é sinônimo de acomodação?

**Ione de Souza Cruz** - Não, não. Olha, eu me aposentei no dia 7 de março de 2016. No dia 9 de março de 2016 eu estava sentada no banco da faculdade estudando engenharia civil (risos). Muito bom! Tive que trancar um tempo a faculdade, eu estou no sexto período agora. Com louvor. Você lembra que eu falei que tinha pavor de matemática? Eu falei: “Não, eu tenho que vencer esse medo, não posso ter medo de uma conta.” Então, eu estou feliz da vida, eu sou a mais velha da turma, sou mais velha que o reitor, sou mais velha que os professores todos, mas eu estou lá e as pessoas interagem comigo, a gente faz churrasco em casa, uma beleza. Agora não, porque agora está nesta pandemia, não pode. Mas eu estou amando, amando.

**Memória MPM** – A ampliação do rol de crimes militares proporcionada pela Lei nº 13.491/2017, qual o impacto disso para a Justiça Militar e para o Ministério Público?

**Ione de Souza Cruz** – Eu acho que foi muito bom, porque se dizia que a Justiça Militar só servia para julgar militar. Eu acho que ainda faltou coisa, tinha que ampliar para botar as ações cíveis, as ações disciplinares, entendeu? Tinha que fazer tudo de uma vez. Achei fantástico o juiz monocrático poder julgar civis. Eu só espero que também tenha isso no tribunal, que façam turmas no Superior Tribunal Militar, que não fique só o plenário para julgar tudo, que se façam turmas, e que tenha também turma civil para julgar civis. Senão não tem sentido, não é? Chegando ao tribunal, o civil vai ser julgado por um monte de militares?! Acho que está pecando por aí, mas eu achei fantástico, maravilhoso, vai dar um gás para a Justiça Militar, as pessoas vão estudar mais, porque não tem como saber essas coisas sem estudar, e vai ficar bem dinâmica.

**Memória MPM** – Estamos finalizando, algo a mais que a senhora gostaria de comentar?

**Ione de Souza Cruz** – Eu amo o Ministério Público Militar. Acho que não teria outra forma de fechar com chave de ouro a minha vida profissional no Direito senão nesta instituição, que eu mirei quando tinha 24 anos, 25 anos de idade, sabe? É uma instituição séria, seleta, pequena, ela é a nata. E com todos os problemas que nós temos, em todos os lugares, eu acho que ainda é um lugar em que a gente pode confiar, recomendar. Eu recomendaria a todas as pessoas que estudam Direito, quem quiser ser promotor de justiça, que vá

para o Ministério Público Militar porque é uma Justiça limpa, não tem fiança, a certidão não é cobrada. Agora até acho que vai ter fiança, com a lei de 2017, acho que está se discutindo essa coisa da fiança. Mas mesmo com as suas falhas, o nosso Ministério Público é uma flor no jardim, sabe? As pessoas que eu conheci, as amizades que eu trago até hoje, os colegas que estudam, que escrevem, que fazem produção científica mesmo, eu tenho lido artigos muito bons, do colega Adriano [Alves Marreiros]. Nossa! O Adriano escreve muito, Cícero [Robson Coimbra Neves]... Tem muita gente boa por aí, viu? Eu só tenho a agradecer de ter participado dessa turma toda, de ter sido querida por essas pessoas, terem confiado em mim.

*Memória MPM* – Agradeço pela gentileza de compartilhar suas experiências conosco.